

FOLHA DE SÃO PAULO

15 ABR 1988

Arice X

Planalto perde interesse pela emenda dos cinco anos

Do enviado especial a Brasília

O Palácio do Planalto já não tem o menor entusiasmo pela emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que estabelece um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, nas Disposições Transitórias da nova Constituição. A Folha apurou que o governo trabalha, por enquanto, com a hipótese de deixar a emenda Iensen morrer de morte natural, sem chegar ao extremo de retirá-la, na pressuposição de que os quatro anos para Sarney tampouco seriam aprovados e, com o vazio decorrente, o mandato acabaria sendo de seis anos.

Líderes governistas no Congresso constituinte tratam do assunto com toda a cautela, mas deixam vaziar frases que confirmam a informação obtida no próprio Palácio. "Por enquanto, não se está pensando nisso, mas a política é muito dinâmica, como se sabe", responde, por exemplo, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), a uma pergunta sobre a eventualidade de retirada da emenda ou de o governo desinteressar-se de seu destino, o que levaria a sua não aprovação.

O líder pefelista foi incluído, nos últimos meses, no informal conselho de lideranças que o presidente Sarney recebe, semanalmente, no Planalto ou no Alvorada, para discutir a conjuntura.

Já Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) —um dos articuladores do Centrão, o agrupamento conser-

vador suprapartidário que é a base palaciana mais sólida no Congresso, além de ser filho do ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações— diz claramente que não há mais entusiasmo com a emenda Iensen, embora negue que haja uma articulação para os seis anos de mandato.

"Mas já que a Folha está tão entusiasmada com os seis anos, a gente pode começar a pensar no assunto", brinca Luiz Eduardo, com um sorriso irônico permanente nos lábios, enquanto durou, na sala do café da Câmara, a conversa sobre o mandato presidencial.

Luiz Eduardo é dos que acham que, em não se definindo claramente o mandato de Sarney nas Disposições Transitórias, o presidente terá direito aos seis anos, mas acrescenta: "Dá-se um jeito de esticar para o transitório o que dizem as disposições permanentes (estas fixam mandato de cinco anos para os futuros presidentes)."

Estratégia

O mais provável é que o governo só vá definir uma estratégia mais clara a respeito de cinco/seis anos na hora em que o tema estiver próximo de ir à votação. Pela análise que os regimentalistas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) fizeram ontem da ordem de votação sobre o mandato, o cenário é ideal para o governo, pelo seguinte: o primeiro texto a ser votado é o do Centrão, que nada dispõe sobre o

mandato de Sarney. Aprovado, fica um vazio, a que se segue a votação de emendas. A primeira, sempre pela análise dos regimentalistas da OAB, será a emenda Iensen, o que significa que o governo pode decidir na hora se luta ou não pela sua aprovação.

Se perceber que há alguma chance de serem aprovados os quatro anos, que seria a emenda seguinte na ordem de votação, o governo trabalha pelos cinco anos. Em caso contrário, deixa o vazio e o presidente fica seis anos, embora possa haver uma polêmica jurídica formidável em torno do tema.

Nem ACM aguenta

Na oposição ao governo, a hipótese dos seis anos é encarada como "o absurdo dos absurdos", no dizer de Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP), virtual candidato presidencial do partido. Mas a análise dos oposicionistas leva muito mais em conta a rejeição da sociedade a um mandato de cinco anos, quanto mais de seis, do que a realidade interna do Congresso constituinte, até aqui refratário à opinião do eleitorado, expressa em todas as pesquisas.

"O problema não é cinco ou seis anos, mas como o governo vai conseguir chegar ao final de seu mandato, do jeito que está", acha, por exemplo, Jaime Santana (PFL-MA). "Nem o Antônio Carlos Magalhães aguenta seis anos", ironiza o senador Mário Covas (SP),



Lula Marques

223 votos) e a votação do mandato de Sarney. Por isso mesmo, Lula acha que, "na hora de votar o mandato do Sarney, esse pessoal vai pensar menos em seus empregos no governo e mais nos seus futuros mandatos".

Lula dá um exemplo concreto: "Se o Theodoro Mendes votar pelos cinco anos, no dia seguinte, Sorocaba amanhecerá com todos os muros picados contra ele", aludindo ao fato de que Theodoro Mendes (PMDB-SP-cincoanista) é candidato a candidato à Prefeitura de Sorocaba (92 km a oeste de São Paulo).

Tanto Lula como a OAB, que comanda as 11 entidades mergulhadas na tese de um plebiscito para a definição do mandato de Sarney, confiam também na mobilização da sociedade pelos quatro anos. "Quem não aparecer, é contra os quatro anos", diz, por exemplo, Márcio Thomaz Bastos, presidente do Conselho Federal da Ordem, a respeito do ato do dia 26, em Brasília, no qual se formalizará a luta pelo plebiscito.

O plebiscito é, na prática, a defesa dos quatro anos, na medida em que todas as pesquisas mostram que o eleitorado é maciçamente favorável aos quatro anos. Mas haverá também atos públicos mais explícitos a favor dos quatro anos: o primeiro será em Porto Alegre (RS), dia 22, com a presença prometida de todas as grandes lideranças quatroanistas, como Lula, Leonel Brizola, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. (CR)